

Homens, Mulheres e a Natureza: a Violência e a Resistência na Luta pela Terra no Extremo Oeste Paulista

Maria Celma Borges*

Os campos do Vale do Paranapanema e do extremo-oeste paulista trouxeram (e trazem) consigo um histórico de lutas envolvendo os indígenas, pequenos arrendatários, sitiantes, posseiros e bóias-frias ao se depararem com o domínio da terra e da gente, exercidos pela grilagem e concentração da propriedade. Porém, a esse cenário os sujeitos reagiram. Este artigo é um desdobramento da tese de doutorado intitulada “De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema - SP”.

Palavras-chave: camponeses, concentração da propriedade, Pontal do Paranapanema-SP.

The fields of the Vale do Paranapanema and of the far- West of São Paulo state, have a history of struggles where the subjects were the Native Brazilians, small leaseholders, ranchers, rural workers that historically faced the rule of the land and people by a small group of landowners that concentrated the land property. But to this historical background the peasants reacted. This article develops some issues of my thesis “From

Apresentação

Para um estudo das práticas e representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema, da última década do século XX aos primeiros anos do XXI, faz-se necessário buscar a história da questão agrária desde meados do XIX na região. Na leitura das fontes, de fins daquele século até os jornais prudentinos, publicados a partir da década de 1920, bem como da bibliografia específica, é possível perceber que, para além da violência, vista como explicativo exclusivo da história, houve a resistência, expressa nas lutas das populações indígenas na defesa de seu

*Profa. Adjunta do Curso de História. Campus de Três Lagoas/UFMS. vtorwagner@yahoo.com.br

território, bem como nas ações dos camponeses na tentativa de permanecerem na terra com suas roças de subsistência, mesmo que sujeitos, constantemente, aos desmandos do grileiro. Configurou-se, desse modo, um espaço de lutas, dando novos contornos a história da ocupação da terra no Pontal. São estas questões que gostaríamos de discutir neste momento, com enfoque para a luta camponesa, afim de que se possa conhecer parte da história dos homens e mulheres que por aquelas paragens viveram, nelas imprimiram suas marcas, seus sonhos, suas utopias, dando uma outra conotação a uma terra quase que consagrada pelo grilo.

Homens, mulheres e a natureza: A violência e a resistência na ocupação do extremo oeste paulista

A história do extremo oeste paulista foi marcada pela penetração violenta da “frente pioneira” nos sertões das zonas “novas” e não difere de outras localidades do país, já que traz consigo o desnudamento da aliança entre aqueles que tiveram em mãos as armas da “conquista” – fosse pelas bandeiras ou pela catequese, pelas falcatruas e grilos – e o Governo¹, ao agir sorrateiramente frente aos conflitos entre as populações indígenas, posseiros, pequenos arrendatários, sitiantes e

¹ Essa questão pode ser evidenciada na própria publicação do governo do estado de São Paulo, intitulada CADERNOS ITESP. *Cultivando sonhos*: caminhos para a assistência técnica na *Reforma Agrária*. n. 07, Nov. São Paulo: ITESP, 1998., p.100. Conforme essa publicação, a ocupação do Pontal do Paranapanema: “Foi uma ocupação, que apesar de ilegal, realizada com violência e de forma predatória ao meio ambiente, contou com a total inércia do Estado, que não reconheceu como válidos os títulos exibidos ou as posses declaradas, mas também não coibiu essa prática abusiva, nem cuidou das terras que lhe pertenciam, não dando a elas uma destinação mais condizente com o dever do Estado, de proporcionar o bem estar social”. Observa-se ainda que “a maior parte dos fazendeiros e negociadores das terras eram (sic) políticos da região ou pessoas ligadas ao governo ou políticos estaduais”.

os grileiros que pelas áreas devolutas da região do Pontal do Paranapanema iam tranquilamente se instalando.

Mas, além das especificidades da questão agrária nesta região, a história de usurpações de que foi palco se fundamentou ainda no que ocorria no contexto nacional de meados do século XIX, principalmente a partir da Lei de Terras de 1850. Martins estudando esta questão afirmou que, com a instituição desta Lei, a terra devoluta não mais poderia ser ocupada senão através do processo de compra e venda. Nesse aspecto: “Os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias ficaram sujeitos à legitimação de seus direitos, o que foi feito em 1854 através do que ficou conhecido como Registro Paroquial”². Para esse autor, a Lei e sua regulamentação subsequente, no ano de 1854, contribuiu para codificar os interesses combinados dos fazendeiros e dos grandes comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais na continuidade da exploração da força de trabalho dos camponeses.

A elaboração dessa Lei, além de revelar o interesse dos grileiros na regulamentação da propriedade da terra, demonstrou também a conscientização das classes dominantes para a existência do elemento rural pobre. Por essa perspectiva, ela foi clara em relação ao processo de compra e venda da terra e a sua transformação em mercadoria. Surgia então uma grande indústria de falsificação de títulos de propriedade que, em sua maioria, datavam de um período anterior a Lei e ao Registro Paroquial. Assim, os títulos de propriedade falsificados eram registrados em cartórios oficiais, com a conivência dos escrivões e dos demais funcionários.

A Lei de Terras de 1850, e as subseqüentes, se por um lado veio evidenciar a ineficácia para a regulamentação jurídica das terras, – haja vista a inexistência de um corpo técnico capaz de dar conta desta ação e, fundamentalmente o fato de os interesses privados se sobreporem aos dos pobres da terra –, por outro, veio ainda apresentar as medidas adotadas pelo Estado para a permanência da concentração fundiária, da grilagem, e a conseguinte exclusão do direito a terra aos camponeses.

² MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo : Ciências Humanas, 1979, p.29.

Em relação ao encaminhamento dado à discussão das posses e da propriedade das terras devolutas, nas últimas décadas do século XIX, Petrone acentuou que: “[...] no fim do Império, Antonio Silva Prado, Ministro da Agricultura, apresenta em 1886 a Câmara, um projeto que envolvia terras devolutas e previa que ‘as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura ou morada habitual’ devem ser legitimadas.”

Segundo essa pesquisadora, o ministro Antonio Silva Prado fazia, entretanto, a seguinte ressalva: “[...] por princípio de cultura não se entenderá os simples roçados, derrubadas ou queimadas de matos não acompanhadas de cultura efetiva e morada habitual”³.

A preocupação no estabelecimento de leis que viessem a regulamentar a propriedade da terra, no século XIX, centrava-se também na questão da imigração e da abolição da escravatura. Não era de interesse dos grandes proprietários a transformação de “suas posses” em núcleos coloniais para abrigar os imigrantes, ou em territórios livres para a ocupação dos ex-escravos e dos demais trabalhadores pobres nacionais.

Em 1891, as terras devolutas, antes pertencentes à União, foram decretadas como de responsabilidade dos respectivos estados, cabendo a eles as medidas necessárias para a sua preservação. Refletindo a respeito dessas terras e da estrutura fundiária do estado de São Paulo, nos anos posteriores ao Registro Paroquial, Petrone observou com perplexidade a falta de informações das terras devolutas, particularmente em torno do oeste paulista. Salientou esta autora que: “parece que havia pouco interesse por parte dos paulistas e das autoridades em identificar terras devolutas que, segundo a Lei de Terras poderiam ser destinadas à instalação de núcleos coloniais de pequena propriedade com imigrantes, o que não interessava ao grande proprietário paulista”⁴.

Escrevendo sobre o povoamento do Vale do Paranapanema, Cobra⁵ apontou para as feiras de Sorocaba no século XIX em que se comercializavam muares,

³ PETRONE, Maria Tereza S. *Aspectos da rede fundiária em São Paulo no século XIX: o problema das posses. Anais da Semana de Estudos de História Agrária*, Unesp, Assis, 1982, p.18.

⁴ Idem, p.18.

⁵ COBRA, A. N. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Tipografia Henny, 1923.

fumo, toucinho, dentre outros produtos, como um espaço de comunicação entre os mineiros e os paulistas, contribuindo para o alargamento de informações sobre as áreas devolutas do oeste paulista. O autor considerou que, anterior às feiras, as investidas dos paulistas nas minas das Gerais contribuíram também para o conhecimento da existência de terras de cultura ainda “desocupadas” no oeste de São Paulo, particularmente no Vale do Paranapanema.

Nesse cenário, à margem do rio Paranapanema, no momento anterior à investida do grileiro José Teodoro de Souza – visto por grande parte da bibliografia que trata da região como o primeiro habitante branco das terras do Vale do Paranapanema –, Sampaio apontava, em fins do século XIX, para a existência longínqua de ruínas de duas antigas reduções, a de N. Senhora de Loreto, na barra do Pirapó, e a de S. Ignácio, na barra do rio de mesmo nome⁶. Ambas constituídas pelos padres jesuítas que no século XVII reuniam os índios para a catequese e destruídas pelas bandeiras que por ali chegaram. Os autores que discutiram a região chamaram a atenção para a existência de uma terceira redução nas margens do Paranapanema, denominada Sta. Inês, também destruída pelos bandeirantes.

Desse modo, o processo de ocupação das terras no Vale e Pontal do Paranapanema, e a conseqüente formação de latifúndios, foi movido primeiro pelas ações dos bandeirantes na destruição das antigas reduções e dizimação dos povos indígenas, e em seguida pela presença de “frentes pioneiras”, oriundas, em fins do século XIX, de Minas Gerais, responsáveis também pelo extermínio das populações indígenas e pelo início da grilagem de terras.

Esta “frente pioneira” que ia penetrando os sertões de Campos Novos, desde o Turvo até a frente do Laranja Doce, segundo Sampaio, formava “[...] uma série de estabelecimentos de agricultura e de criação, ao longo da única estrada que penetra nestas terras afastadas, ainda a pouco conquistadas ao índio”. Ressaltou

⁶ Sobre as missões jesuíticas do Vale do Paranapanema, afirma Sampaio que: “É verdade que, em o século 17º, missionários jesuítas espanhóis aí fundaram na margem do sul algumas reduções de guaranis, subordinadas à província Guaíra, que os Paulistas depois destruíram. Mais tarde foram por parte do Brasil restauradas ou fundadas missões na mesma margem do sul, as quais pouca duração tiveram; não restando agora senão ruínas e ficando a região tão ignorada como de antes”. In: SAMPAIO, T. Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. *Boletim da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo*. São Paulo, Typographia King, n.4, 1890, p.88.

ainda que nessa última década do século XIX: “A população, que hoje aflui a estes sertões, é quase toda oriunda do sul de Minas, donde vem em bando considerável, ao menos até 1886; composta toda ela de criadores e de agricultores, representando-se por famílias inteiras, transportando-se para estas longínquas paragens com todos os seus haveres, abundância de gado e de capitais [...]”⁷

Deu-se também a chamada “frente de expansão”, principalmente a partir do século XX, em vista do crescimento das linhas de transporte e valorização das chamadas “zonas novas”, com o impulso da economia cafeeira. Dos anos de 1930, em diante, a origem dos trabalhadores que se destinavam aos campos do Pontal do Paranapanema ampliou-se para outras regiões, divisas com o Pontal do Paranapanema, como o sul do antigo Mato Grosso e o Paraná, bem como por trabalhadores oriundos do Nordeste, especialmente nos anos 50 e 60, expulsos pelas condições de vida e de trabalho em sua terra natal, atraídos, então, pelos novos arrendamentos e pela estrada de ferro que viria a cortar as reservas naturais da região.

No início da década de 1950⁸, milhares de migrantes, principalmente norteados, deixaram sua terra natal, seguindo para o sul e sudeste brasileiro à busca de melhores condições de vida. A leva de homens e mulheres que pelos campos do Vale e Pontal do Paranapanema chegava, trazendo consigo o sonho do “enraizamento”, de um lugar onde se pudesse trabalhar, viver e fazer brotar a raiz, defrontou-se com a constituição do latifúndio e a imensidão de pastagens, restando-lhes o trabalho como pequenos arrendatários nas terras de outrem, para em período próximo muitos se tornarem posseiros ou bóias-frias pelas grandes propriedades e destilarias da região. Mas, a esse cenário reagiram...

Bosi discutindo as camadas populares, assinalou o peso da conquista colonial para o desenraizamento dos sujeitos da terra e de seu modo de vida. Trazendo o debate para o processo de ocupação da terra tornam-se reveladoras as suas con-

⁷ Idem, p.105-106.

⁸ Nesse aspecto ver: *A Voz do Povo*. “Entrada de trabalhadores nacionais em Território Paulista”. Presidente Prudente, 23 de outubro de 1955, n.1742, p.3. Nessa matéria, salienta-se que: “Confrontando-se os quadros estatísticos referentes à entrada de trabalhadores nacionais destinados à lavoura paulista, verifica-se que o ano de 1952 foi dos mais movimentados, acusando índices jamais antes alcançados. No ano em apreço o Departamento de Imigração e Colonização encaminhou a lavoura do estado de São Paulo [...] nada menos de 253.647 trabalhadores agrícolas, que demandaram os nossos municípios através das principais ferrovias que cortam o território estadual”.

siderações, ao assinalar que: “No campo brasileiro a conquista acontece sob as formas de monocultura e pastagens. O arroz, a soja, a cana, provocam tão forte migração de lavradores que constituem genocídio pelo número dos que vem morrendo no caminho para o Sul”.⁹

Para esse processo desenfreado de violências, seriam as águas o caminho móvel e veículo natural para as primeiras explorações do interior do oeste paulista, as quais resultaram no passo inicial para a constituição desse quadro de grilagens de terra. Desse modo, no ano de 1856, José Teodoro, seguindo por Botucatu, atingiu as vertentes do rio Pardo, passando pelos campos de Lençoes e por São Domingos, Distrito de Paz, criado em 1854. Conforme Cobra: “Partindo sempre pelos campos, chegou ao rio Turvo, onde demoraria alguns anos para se constituir a vila de S. Pedro, local em que se encerravam as posses já conquistadas”.¹⁰

Contou Cobra que das primeiras incursões pelo Vale do Paranapanema, o grileiro José Teodoro de Souza não fora vítima de nenhuma ação das populações indígenas, na medida em que “[...] costumam deixar em paz quantos se limitem a passar; somente não consentem se levantem ranchos ou se abram roças; investe contra os que ousam fazê-lo e os massacram”. Esse personagem, no ano de 1856, registrou em seu nome uma extensa área de terras localizada no Vale do Paranapanema. O vigário da paróquia de Botucatu, Modesto Marques Teixeira, foi o autor da “legalização” do grilo inicial da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Diante desse Registro, posterior à Lei de Terras de 1850 e ao Registro Paroquial de 1854, assinalou Cobra que: “Aos posseiros deixou-se larga margem para arbítrio: podiam estender-se nessas declarações o quanto seu arrojo alcançasse. A lei, antes de trancar a porta de entrada, convidou a entrar a todos quanto fora se achavam”.

Por se tratar de ocupação recente, esse grilo figurava como nulo diante da lei. Como caminho para “se sair do embaraço”, José Teodoro “[...] declarou perante o vigário de Botucatu que sua posse se realizara em 1847, três anos, portanto, antes de 1850 e nove, antes de 1856”¹¹. Conforme essa narrativa, acercando-

⁹ BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (Org). *Cultura Brasileira – temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p.17.

¹⁰ COBRA, Op. Cit, p.17

¹¹ Idem, p.17.

se de sua família em Minas Gerais, rapidamente mudou-se para o Vale do Paranapanema.

Joaquim Alves de Lima acompanhou a expedição exploratória inicial organizada por José Teodoro, sendo que seu filho, João Evangelista de Lima, tornar-se-ia personagem conhecido, num futuro próximo, na história de grilagens da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, da qual originou a área hoje denominada Pontal do Paranapanema.

Em 1865, grande parte das terras griladas por José Teodoro já apresentava volume considerável de vendas. Conforme Monbeig, o autor desse grilo inicial

[...] cedia de modo muito liberal as parcelas do seu pequeno reino [...] no curso de uma de suas viagens a Minas, aonde ia recrutar clientes, sentiu tamanha admiração pelos talentos musicais de um escravo, que o comprou de imediato, pagando em terras [...]. Nos contou ainda este autor que “Atribuiu-se-lhe também outra liberalidade; numa expedição, de tarde, muito satisfeito com o jantar preparado pelo cozinheiro, doou-lhe uma aguada!”¹²

Entretanto, os que recebiam essas parcelas de modo liberal, e mesmo a maioria dos compradores, não se dispuseram, naquele contexto, a se embrenhar pelos “sertões desconhecidos”. Mas, o conflito bélico entre a Tríplice Aliança e o Paraguai contribuiria para acelerar o processo de ocupação das áreas devolutas do Vale do Paranapanema, pois aqueles homens que recebiam ser recrutados como “voluntários” para a guerra, rapidamente seguiram para a região. Pela idade, muitos mineiros já estavam isentos do serviço militar, porém, acompanharam filhos e netos para os rincões paulistas.

A comercialização das áreas devolutas no Vale do Paranapanema avolumava-se em fins do XIX. A corrida desenfreada dos grileiros para a tomada dessas áreas deixou um registro de violências que permaneceu na história e na memória dos habitantes do lugar. Inserido na microrregião da Alta Sorocabana, o Pontal do Paranapanema não teve uma história diferenciada, até por serem os personagens do processo de ocupação dessa região praticamente os mesmos, e as suas ações similares ao que ocorria por todo o Vale, particularmente nas falcatruas para a legitimação do grilo.

¹² MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Pólis/Hucitec, 1984.

Em viagem realizada no ano de 1886, por meio da Comissão Geográfica e Geológica do Vale do Paranapanema, percorrendo sobre as terras públicas e as posses efetuadas no seu interior, ressaltou Sampaio que eram essas as questões mais importantes para se pensar os problemas que afligiam a região: “As antigas posses, tão vagamente definidas quão firmemente sustentadas pelos interessados, alastram como manchas de azeite sobre o papel, nunca lhes faltando capacidade para inúmeras vendas parciais [...] São comuns nestes sertões as posses legitimadas que compreendem o vale inteiro de um rio, encerrando enorme superfície n’um perímetro de mais de 12 léguas.”¹³

A exposição de Sampaio elucidou como se davam as ações dos grileiros de terras, como, por exemplo, por meio de medições fantásticas, bem como o descaso do Estado ao fingir ignorar o que ocorria, não tomando, com isso, medidas cabíveis para dar fim a esse estado de coisas, revelado nas constantes ilegalidades frente às áreas devolutas e na decorrente violência contra os camponeses .

Como “manchas de azeite sobre o papel”, como salientou Sampaio, desenhava-se a violência. Resistir ao “esparramo” das manchas implicava o confronto direto com os grileiros. Aos posseiros e sitiantes restava ou embrenhar-se ainda mais para o interior do “deserto desconhecido”, ou enfrentar a situação, o que costumeiramente resultava no confronto, em assassinatos, queimas de ranchos, expulsões dos sítios, etc.

No início do século XX, mesmo frente ao povoamento esparsos dos posseiros e sitiantes e a especulação de terras por parte dos grileiros, ainda permanecia em território entre o rio Tiete, ao norte; Paraná, a oeste; e Paranapanema, ao sul, as várias designações de “deserto desconhecido”, “terrenos desconhecidos” e “sertão desconhecido”.

Pelos caminhos que conduziam aos chamados “sertões”, além de São Pedro do Turvo, primeiro povoado fundado por José Teodoro, surgia São José do Rio Novo, denominado futuramente de Campos Novos do Paranapanema, o qual se tornara sede da comarca de mesmo nome.

¹³ SAMPAIO, Op. Cit, p.112.

No ano de 1875 falecia José Teodoro, no povoado de S. Pedro do Turvo. Das terras que grilara, quase todas foram rapidamente comercializadas no decurso do século XIX. Os valores do alqueire foram estabelecidos a preço irrisório, de modo que, para a sua segunda esposa, não houve inventário. Já para a primeira esposa, o saldo havia sido negativo.

Em 1886, João Evangelista de Lima, na tentativa de legitimar o grilo da fazenda Pirapó-Santo Anastácio retomou o processo de grilagem. Envolveu, para tanto, no ano de 1890, em forma de permuta, um outro grilo denominado fazenda Boa Esperança de Água Pehy, que era de posse inicial de José Teodoro, mas, em 1890 já pertencia a Manuel Pereira Goulart, um dos fundadores do município de Presidente Prudente.

Consolidava-se a farsa, mas não por muito tempo, já que, como constam das fontes analisadas, principalmente as produzidas pelo jornal “A Voz do Povo”, órgão da imprensa regional nascido em 1926, em Presidente Prudente, eram comuns as contendas entre grandes grileiros na Pirapó-Santo Anastácio. Dentre elas, destacamos, em fins dos anos de 1920, a briga acirrada entre Francisco de Paula Goulart, suposto herdeiro de Manuel Pereira Goulart e a Companhia de Fazendeiros de São Paulo, encampada pela Companhia Marcondes, de propriedade de José Soares Marcondes, para decidir a quem pertenceriam às terras da denominada fazenda, dentre outras áreas em litígio envolvendo os dois personagens.

Entre as décadas de 1920 e 1930, o Cel. Marcondes e o Cel. Goulart revezavam o poder político no município e Comarca de Presidente Prudente, expondo para a região da Alta Sorocabana o significado do “mandonismo local”. Trechos retirados de um Edital de Contra-Protesto, publicado no jornal “A Voz do Povo”, no ano de 1926, endereçado por Francisco de Paula Goulart a José Soares Marcondes, ilustraram essa afirmação. Assim, conforme Goulart:

[...] o coronel José Soares Marcondes, diretor gerente da Companhia Marcondes que encampou a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo, com a qual o Suplicante mantém, no foro local e no da Capital do Estado demandas por questões de terras, tendo uma, de grande vulto, perdido aquela Companhia por verenda sentença do ilustre Juiz de Direito desta Comarca. Não se contentando o Presidente e o Prefeito, filho do Coronel Marcondes de protestarem contra ‘irregularidades e abusos’ que dizem a ultima Câmara Municipal praticou, ainda levaram a sua audácia em requerer que desse protesto fosse intimado o Suplicante com sua mulher para que não possa

alienar ou onerar quaisquer bens de sua propriedade ou realizar qualquer transação, negócio ou ato que onere ou desfalque o seu patrimônio [...] A população laboriosa e honesta desta cidade de que o Suplicante foi o fundador dispendendo e perdendo com isso muitas dezenas ou centenas de conto de reis, está vendo a mão de celebre Coronel Marcondes que pretende ver se impede que o Suplicante venda as glebas de terras de sua propriedade, que certos conhecidíssimos GRILEIROS tem procurado, mas em vão roubar [...] O Suplicante acredita que a maioria da Câmara Municipal não apóia essa atitude inconsciente dos seus representantes, principalmente o prefeito, que publicamente agachados num protesto judicial querem passar diploma de desonestidade aos membros da Câmara passado, os quais não são falidos como o CORONEL JOSE SOARES MARCONDES que manda seu filho, o menino Prefeito e seu advogado como Presidente da Câmara, usem de processos tais para evitar ou vê se evita concorrência na venda de terras neste Município e na Comarca [...].¹⁴

Este Edital desvela o histórico de usurpações cometidas sobre as áreas devolutas do Pontal e, conseqüentemente, sobre os camponeses, pobres da terra, da região. O jogo de nomes de rios e de pessoas derivando nas falsificações de documentos oriundos de tais ações, desde meados do século XIX, foi uma prática ilustrativa de como se processou essa “ocupação”, sem contar nas inúmeras outras falcaturas que foram se aperfeiçoando pelos campos do Vale e Pontal do Paranapanema, no século XX.

No Edital de venda de terras, exposto a seguir, destacam-se várias questões que demonstram a problemática do consórcio de terras na região do Pontal do Paranapanema já na segunda década do século XX. Dentre as questões tratadas por este Edital, assinalamos a ênfase dada ao fato de que as terras a serem adquiridas eram próximas à linha da Estrada de Ferro Sorocabana, sugerindo o peso por ela trazido para as facilidades de negociação e atrativo aos compradores.

TERRAS DE PURA CULTURA

Vende-se um lote de 300 alqueires de superior terra para café e um outro lote de 100 alqueires, terras essas que ficam na fazenda Santo Anastácio, distante 20 quilômetros da linha, Altitude das terras, 510 metros, vestimenta das terras figueira branca, Pau d’Alho, ortigão e jangada. Benfeitoria: 20 alqueires de roça e inverno. Facilita-se metade do pagamento à prazo de um ano.

¹⁴ *A Voz do Povo* “Edital de Contra Protesto”. Presidente Prudente, 06 de junho de 1926, n.03, p.3.

Vende-se um lote de 56 alqueires de superior terra para café. Benfeitorias: 3.500 pés de café de 1 a 2 anos, 1 alqueire e meio de pasto formado, 1 empreiteiro contratado para formar 12.000 pés de café por 4 anos e distante 8 quilômetros da linha.

Facilita-se metade do pagamento, a prazo de 1 ano.

Vende-se um lote de 50 alqueires de superior terreno de cultura, e também metade do lote (25 alqueires) terras essas que foram adquiridas da Companhia Viação, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, a 10 quilômetros da linha. Facilita-se o pagamento conforme combinação

Informações com

Pedro Emenente

Negócio sério, não se aceitando intermediários.¹⁵

Destacamos ainda o fato de que, como se fosse mercadoria, junto aos pés de café e pasto formado, havia o anúncio da existência do “empreiteiro contratado” para formar o cafezal pelo prazo de quatro anos. Nesse Edital, café, pasto e homem adquiriam a mesma dimensão, o que possibilita compreender como os camponeses eram costumeiramente tratados na região em estudo. Um outro elemento aí presente e comum em inúmeros outros editais publicados naquele período, é a afirmativa de que as terras eram “livres e desembaraçadas de quaisquer ônus”, observação que, diferentemente do vivido na região, objetivava convencer ao comprador da legalidade de sua aquisição.

Contribuindo para o processo de grilagens de terra e futuro consórcio, destacamos ainda, no Vale do Paranapanema, a abertura de uma estrada boiadeira, no ano de 1893, planejada por Olavo Hummel e construída entre o povoado de São Mateus à margem do rio de mesmo nome, em Campos Novos do Paranapanema, passando pelo Vale do rio Santo Anastácio até a margem do rio Paraná, tendo por objetivo interligar os portos dos estados de São Paulo e de Mato Grosso. Essa estrada serviria como desenho para os traçados dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, contribuindo ainda para o surgimento do próprio nome da região “Alta Sorocabana”.

¹⁵ *A Voz do Povo*. “Anúncio de Venda de Terras”. Presidente Prudente, 30 de maio de 1926, n. 02, p.03.

Os planos de construção da estrada boiadeira não chegaram a ser concluídos, porém, em 1904, no governo de estado de Jorge Tibiriça, essa estrada boiadeira de São Mateus foi reaberta pela firma Diederichsen Tibiriça, sendo sucedida em sua construção pela Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que obteve a concessão do governo estadual para explorá-la. Essa estrada era a via de acesso do gado que provinha dos Campos de Vacaria, em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, passando antes pelo Porto 15, naquele Estado, pelo Porto Tibiriça às margens do Rio Paraná, dirigindo-se, por fim, para as zonas consumidoras da capital, via Estrada de Ferro Sorocabana, construída no ano de 1912.

A partir dos anos de 1920, com a expansão da estrada de ferro para os demais municípios da Alta Sorocabana, o cenário verde da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio e das Reservas do Pontal e do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio, tornar-se-ia, em sua maior parte, cinza, em decorrência dos trilhos desenhados pelo interior das matas¹⁶, bem como da transformação das reservas florestais em pastagens.

Na década de 1940, o interventor federal, engenheiro agrônomo Fernando Costa, procurando dar cumprimento aos decretos que deram origem às reservas florestais, proposto no ano de 1941, iniciou, no ano seguinte, através do Departamento Jurídico da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, investigações a respeito da validade dos títulos de propriedade dos fazendeiros do Pontal. Após os levantamentos e estudos da região, a Procuradoria chegou à seguinte conclusão: “[...] nula e falsa a documentação do imóvel conhecido por Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, constituindo um grande ‘grilo’ da Alta Sorocabana, irmão xipófago do ‘grilo’ Boa Esperança do Aguapeí, existente na Alta Paulista”.¹⁷

¹⁶ Num artigo denominado “Assentados ontem os primeiros trilhos do Ramal de Dourados”, do jornal “Folha da Manhã”, de 17/01/1956, observamos que: “Essa nova linha que deverá estar concluída no próximo ano, terá uma extensão no território paulista de 215 quilômetros, cortando as terras dos municípios de Regente Feijó, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio. Como se sabe, a ferrovia atravessará a área das reservas florestais do Morro do Diabo e do Pontal”. (Apud. VASQUES, A. C. B. *A Evolução da Ocupação das terras no Município de Teodoro Sampaio - S.P.* 1973. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, São Paulo, p.93.)

¹⁷ Idem. Cit, p.13.

No ano de 1947, o governo do Estado deu início aos levantamentos e medições das áreas do Pontal, com o objetivo de dar prosseguimento ao ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que atravessaria o rio Paraná e chegaria a Ponta Porã no antigo Mato Grosso, passando por Dourados. Daí o projeto ter como denominação “Ramal de Dourados”. Nesse tempo, os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana já percorriam grande parte da região da Alta Sorocabana, chegando a Presidente Prudente no ano de 1919.

Conforme Belloto, a Estrada de Ferro Sorocabana foi o mais importante fator de integração do extremo-oeste do Estado, principalmente do sudoeste. Os trilhos “[...] em 1912, já tinham atingido Assis; em 1916, Bartira, e em 1919, Presidente Prudente. Finalmente, em 1922, chegavam às barrancas do Rio Paraná, em Porto Presidente Epitácio”.¹⁸

Ao propiciar a valorização econômica das áreas devolutas, as quais foram sendo devastadas e repartidas em lotes rurais e urbanos, os trilhos serviriam ainda para alicerçar a prática da grilagem das terras, possibilitando a sua “legalidade”, na medida em que pequenas áreas eram comercializadas aceleradamente por Companhias Colonizadoras com o aval do Estado.

Num cenário de expansão territorial baseado na exploração da mão-de-obra camponesa e na violação da natureza, era preciso “marcar” a terra, “risca-la” e ter a sua jurisdição, não importando o quanto a natureza e, nela, os homens e mulheres pobres tivessem que pagar por isso. A abertura de novos povoados, devido à chegada dos trilhos, tornou-se chamariz, como já salientado, nas décadas de 1950 e 1960, para os trabalhadores pobres, principalmente nordestinos, na busca de melhores condições de trabalho e de vida. A ação empreendida pela empresa colonizadora Camargo Corrêa, na construção da cidade de Rosana, nos anos 60, foi um exemplo disto. Em 1965, a ponta dos trilhos se encontrava a 10 quilômetros de Euclides da Cunha, tendo em Teodoro Sampaio a sua última estação em funcionamento. Esta Companhia Colonizadora, em idos

¹⁸ BELLOTO, H. L. Tentativas de fixação do povoamento no Estado de São Paulo e de integração do Vale do Paranapanema durante o Governo Jorge Tibiriçá (1904-1908). *Anais de História*. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Assis. Ano VII, 1975, p.44.

dos anos 1960, apenas abriu os lotes para o povoado de Rosana, demarcou a área da futura cidade e colocou tudo à venda, não dando a mínima assistência aos homens e mulheres que ali se instalaram: “[...] a preocupação maior foi indubitavelmente a do lucro advindo da venda da terra que se valorizaria com a chegada da ferrovia e em função de sua posição geográfica em face da circulação e do crescimento econômico das regiões paranaenses e matogrossenses circundantes.”¹⁹

Leite, em artigo intitulado “O morro do diabo”, também evidenciou a corrida pela procura de terras na Alta Sorocabana a partir de 1940, devido ao papel das colonizadoras. Isso fez com que essas áreas fossem valorizadas excessivamente. No mesmo artigo esse geógrafo denunciou o “golpe de arrematação” ocorrido no Pontal do Paranapanema na década de 1940: “[...] consistiu em levar a hasta pública, algumas glebas situadas dentro do Perímetro da área reservada, por falta de pagamento dos impostos territoriais. Os arrematantes obteriam assim, um título legalmente fornecido pela justiça da Comarca”.²⁰

O denominado “golpe de arrematação” foi uma das estratégias do poder público para a legitimidade do que deveria ser para este mesmo poder considerado ilegal, ou seja, a derrubada das reservas florestais e a ocupação de áreas pertencentes ao Estado pelos grileiros que, utilizando-se do trabalho dos camponeses, colocaram abaixo milhares de hectares de reservas nas áreas devolutas do Pontal, com a derrubada de cerca de oito alqueires por dia. Em menos de 30 anos (1950 a 1978), as reservas florestais do Pontal do Paranapanema foram, em grande parte, devastadas. Esse quadro de violências contra os homens, mulheres e a natureza propiciou a luta dos pequenos arrendatários e posseiros para na terra permanecerem, questões que podem ser evidenciadas a partir do apontamento de alguns desses movimentos.

¹⁹ SALGADO, F. C. F. ; LEITE, J. F. e ALEGRE, M. Rosana, no Pontal do Paranapanema. *Boletim do Departamento de Geografia*. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente, 1970, p.12.

²⁰ *O Imparcial*. “O morro do diabo”. J. F. Leite. Presidente Prudente, São Paulo, 05 de junho de 1984.

No oeste e extremo oeste paulista: A luta dos camponeses para permanecerem na terra

Segundo Monbeig, na margem paulista do rio Paraná, em fins do século XIX e ainda na década de 1940, predominava a cultura do milho como forma de subsistência, paralela à produção do algodão, por ser uma cultura dos pequenos proprietários, donos ou não do solo. Sobre a cultura de subsistência, afirmou esse autor que: “O sitiante jamais abandona as culturas de subsistência, que intercala no seu algodoal plantado nos desbravamentos recentes, ou que ele localiza em um ou dois alqueires ocupados por plantações mais antigas”.²¹

Sobre os camponeses que vieram povoar o chamado “deserto desconhecido”, escreveu Giovannetti:

Quem desbrava, quem luta com o Jequitibá e com o Ipê, quem luta contra a onça, não pode ficar no contacto com a civilização que chega perto das moradias dos desbravadores. Esses homens, por índole e por um sentimento atávico, não se sentiam bem senão no rude contacto com a floresta secular. E, assim fugiam, traçando seus itinerários e na avançada, floresta a dentro, abriam o caminho dos outros homens de aventura.²²

Diferentemente da interpretação desse autor, ressaltamos que não seria “por índole e por um sentimento atávico” que os camponeses se embrenhavam na “floresta secular” e fugiam da “civilização”, abrindo caminhos para os grileiros, mas pela necessidade gestada no convívio com os mesmos, pela constante situação de expulsão de suas posses e sítios. Nesse sentido, a transitoriedade dos primeiros moradores não pode ser explicada pelo “nomadismo sem destino preciso”, mas pela incessante busca de uma terra em que pudessem plantar e ver chegar o tempo da colheita.

No interior de São Paulo, conforme Loureiro, além dos sítios em que se cultivava o algodão ao lado dos gêneros de subsistência, havia também as fazen-

²¹ MONBEIG, Op. Cit, p.297.

²² GIOVANNETTI, B. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Empresa Gráfica da ‘Revista dos Tribunais Ltda’, s/d, p.73.

das, em que os fazendeiros, mesmo tendo o café como o produto por excelência, cediam algumas áreas de terra aos parceiros ou arrendatários para o cultivo de algodão, particularmente aquelas que eram impróprias para a cultura principal. Entretanto, a partir de 1950, a decadência da pequena lavoura paulista, levou, nas palavras de Loureiro, a um novo “processo de reaglutinação imobiliária”²³, momento em que os pequenos agricultores foram forçados a abandonar ou vender a baixo preço o seu pedaço de terra aos grandes fazendeiros ou pecuaristas, transformando-se, num futuro próximo, em pequenos arrendatários, posseiros ou mesmo migrantes para os grandes centros.

Nessa linha de análise, Cleps Jr.²⁴ afirmou que no processo de ocupação da microrregião da Alta Sorocabana deu-se a privatização das terras. Porém, os beneficiários não foram os pequenos arrendatários e posseiros, produtores da agricultura de subsistência, mas os pecuaristas e especuladores que, ou grilaram, ou pagaram um preço simbólico por essas terras.

Donato em romance mural²⁵ escrito nos anos 50, narrando o conflito entre o grande grileiro Paulo e os antigos moradores, expôs a saga de Libêncio e de sua filha, Sinhana, obrigados a abandonar a terra conhecida de uma vida inteira devido à perseguição realizada por Paulo.

Antonio, ao estudar a ocupação da Alta Sorocabana, reforçou as considerações de Donato sobre as grilagens de terra destacando o modo como se deu esse processo:

Nas apropriações indevidas, os grileiros para legitimarem suas posses tiveram que derrubar a mata e cultivar as terras, tornando-as produtivas, e o fizeram trazendo pessoas, no primeiro momento da ocupação, tais como: familiares, parente, agregados, amigos e interessados. Num segundo momento, já com muitos casos de grilagens e litígios, trouxeram migrantes, geralmente do Nordeste brasileiro, contratados como arrendatários, mas que não eram mais do que mão-de-obra barata a fim de realizarem

²³ LOUREIRO, M. R. G. *Terra, família e capital. Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p.55

²⁴ CLEPS JR, J. *O Pontal do Paranapanema paulista: A incorporação regional da periferia do café*. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, p.156.

²⁵ DONATO, H. *Chão Bruto: a conquista do Extremo Sudoeste Paulista*. São Paulo: Melhoramentos, 6. ed, s/d.

o desmatamento, na maioria das vezes em troca de uma ínfima quantia mensal e também de um pedaço de terra para cultivarem.²⁶

Quanto à violência contra os posseiros da região, conforme Leite, “[...] não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas de riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias em picadões recém abertos”²⁷. Nessa linha de abordagem, expôs Donato que: “Num dia qualquer a voz brandeja dos que tinham a lei no bolso do casaco e os tiros dos que tinham a truculência na mira das carabinas, expulsaram o sossego antigo para a outra banda do Rio Paraná”²⁸. A “carabina, a bala e o fogo”, instrumentos costumeiros nas ações de despejo, foram apontados por esse romancista como referencial da forma como se desenrolavam as disputas pela terra.

No percurso do século XX, similar às primeiras décadas, o cerco em volta dos camponeses aumentava cotidianamente. Paralelo a esse cerco dava-se então a exploração da mão-de-obra dos pequenos arrendatários, como pudemos depreender do relato de Seu Francisco e de Dona Maria, ao terem que cultivar suas roças de subsistência intercaladas às áreas de pastagens, isso quando se fazia possível.

Seu Francisco e Dona Maria, ele sergipano, ela pernambucana, ao narrarem suas histórias de vida e de luta pela terra e na terra²⁹, contando-nos de que modo chegaram até os campos do Pontal do Paranapanema e, nele, ao Movimento Sem Terra, explicitaram o constante desenraizamento vivido pelos camponeses sem terra, ao terem que deixar o Estado natal, no início da década de 1950, partindo rumo às terras paulistas. Seu Francisco chegara no estado de São Paulo com apenas 18 anos. Dona Maria, com 15 anos. Ao serem indagados se já haviam trabalhado em muitas fazendas nas terras paulistas, Seu Francisco enumerou os

²⁶ ANTONIO, A. P. *O movimento social e a organização do espaço rural nos Assentamentos Populacionais dirigidos pelo Estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990*. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.12

²⁷ LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. 1981. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p.56.

²⁸ DONATO, Op. Cit, s/d, p.11.

²⁹ Entrevista. Seu Francisco e Dona Maria. Setor I, Assentamento São Bento, 05/05/2002.

diversos lugares por onde trabalhavam, o que cultivavam, a necessidade da partida para Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, o retorno, e a entrada no MST na busca da terra prometida:

Já trabalhei bastante. Fazenda e sítio já fui, Ave Maria!! Só de andar aqui, só de andar aqui em São Paulo velho, eu vou te falar!! Fiquei oito anos solteiro, trabalhando de peão. Depois é que a gente veio a casar, né? A gente veio a casar. Com depois de casado, a gente foi tocá algodão, tocá algodão. Depois do algodão, nós em fazenda, botei colhê café, tocá café. Depois larguemos o café, e fomos pro Mato Grosso. Fiquemos três anos lá. Depois, voltemo pra trás outra vez, e tocá café novamente. Mais o café não tava prestando não!! Aí foi lá vê esse negócio de pegar as terras aí.

Na tentativa de arrolar quantas fazendas trabalhou, antes de ser assentado na fazenda São Bento, realizando um esforço de memória, Seu Francisco assim narrou: “[...] trabalhei na fazenda Lago Azul, fazenda Santa Terezinha, município de Colorado; fazenda Sapé, que é vizinha à Formosa também. Aqui perto da Anhumas, do Domingos Vieira, fazenda São Paulo; na fazenda Campinho, que é do Medeirinha. Tudo isso trabalhamos aí. Tudo por fora, por aí.”

Indagados se era derrubando as reservas, Dona Maria nos disse que não, “era só tombando pasto”. Seu Francisco complementou:

Já era terra velha já, sabe? Pasto, invernada. Aí arrendava a terra, aí nós com o animal tombava, plantava algodão na terra. Quatro anos no lugar. Depois de quatro ano botava outro canto. Depois aí acabava os arrendamentos, ia pra outras fazendas. Trabalhar mais quatro anos em outras fazendas. Depois acabava os arrendamentos, passava pra outras fazendas. Era assim. Agora desmatção, eu não achei nenhuma. Só tudo pedaço de terra velha já!!

Na análise da história de vida desse casal foi perceptível a luta cotidiana para a permanência na terra, ao tecerem práticas pelos vários lugares por onde passaram, buscando, com isso, sobreviver por entre as brechas que conseguiam abrir nas relações de trabalho e de vida. Os camponeses, no início da ocupação do Pontal, ao derrubarem as matas a serviço do grileiro, por entre as toras caídas plantavam as suas roças. Por vezes, delas eram expulsos, impossibilitados de colher os frutos que germinavam.

Nos idos de 1950, como narraram Seu Francisco e Dona Maria, as reservas já haviam sido devastadas, restando para eles só “terra velha” e o trabalho na forma-

ção ou reforma de áreas de pastagens. A constante mobilidade derivada dos contratos de três a quatro anos, obrigando-os a partirem para outras terras, desenhou a história de vida dos camponeses no estado de São Paulo, fazendo com que tivessem que percorrer vários recantos do interior paulista, do estado do Paraná e de Mato Grosso do Sul, principalmente no trabalho como pequenos arrendatários.

Os anos de 1950, momento em que Seu Francisco e Dona Maria chegavam no Pontal, trouxeram consigo o saldo negativo do “golpe de arrematação”, imposto sobre as terras devolutas em fins dos anos 40. Esse “golpe”, além de contribuir para a devastação das áreas de preservação ecológica, como discutido anteriormente, contribuiu ainda para que os “arrematantes” expulsassem os pequenos arrendatários e posseiros que se encontravam nas áreas arrematadas. Esse cenário de expulsão e violência, vivido pelos camponeses, gerou inúmeros conflitos que passamos a discutir.

Em 1954, como salientou Cleps Jr.³⁰, 70 famílias da fazenda Cuiabá foram expulsas pelos jagunços do fazendeiro Labiano da Costa Machado. Naquele mesmo ano ocorreram conflitos na fazenda Alcídia, localizada no município de Teodoro Sampaio, de propriedade de Antonio Silva, onde dezenas de famílias a ocuparam, sendo expulsas em seguida pelos jagunços do fazendeiro que destruíram plantações e mataram animais dos posseiros.

Um artigo encontrado no jornal “A Voz do Povo”³¹, narrou o despejo a que se referiu Cleps Jr., ocorrido em uma das posses da Fazenda Cuiabá. Assim, o despejo dos homens que “guardavam a posse” de 200 alqueires, pertencente a Afonso Bastista, conhecido nas redondezas como Afonso Português, dono de uma venda, demonstrou os instrumentos costumeiros utilizados contra os pobres do campo.

Conforme o artigo, tal ato “[...] foi dirigido por Galileu Mendes Amado, um dos arrematantes da Reserva, acompanhado de 15 homens armados de winchester e tendo a oficializar o ato o soldado Pereira, já que o cabo Tavares, amigo de Afonso Português, não quisera acompanhar o grupo nesta missão”. Dando conti-

³⁰ CLEPS JR, Op. Cit.

³¹ *A Voz do Povo*. “Álvorço nas Terras da Reserva – Mato Grosso, famoso ‘quebra-milho’ das terras griladas da Alta Sorocabana, não quis reagir ante o despejo da posse de Afonso Português – cicatrizes de facadas, tiros e punhaladas são glórias na luta feroz pela posse da terra”. Presidente Prudente, 16 de maio de 1954, n.1663, p.1.

nuidade à narração, encontramos o destaque para a presença de Mato Grosso, famoso “quebra-milho”, termo referente à condição de capanga, na venda de Afonso no momento em que o repórter do jornal “A Voz do Povo” chegara para registrar o ocorrido. Mato Grosso trabalhava para Afonso. Aqui, pode-se perceber a utilização de jagunços para a defesa das áreas em litígio.

Expôs o repórter que: “Mato Grosso, um preto alto, espadaúdo e valente, que já trabalhou no serviço de ‘quebra-milho’ para muitos grileiros da Alta Sorocabana, inclusive Labiano da Costa Machado, não quisera, dessa vez, reagir”, pois, conforme sua fala: “O Afonso não estava aí. Eu não tinha ordens de reagir. Se tivesse, reagiria, pois já estive em situações mais melindrosas”. Afonso chegara à noite. Sabendo da presença do repórter na Reserva, quis falar-lhe. Explicou, então que viera para a região:

[...] quando não existia ali uma viva alma, numa distancia de 50 quilômetros, desde o Mirante do Paranapanema até a boca da Reserva; que fizera estradas e construíra pontes, que ajudara a muita gente por toda a Fazenda Cuiabá com financiamento (e despejou na mesa um monte de notas promissórias vencidas), que fizera 10 quilômetros de picadão dentro da Reserva, para, agora, esses tubarões da terra, despejarem-no impiedosamente. Nesse momento, levanta a fralda da camisa, mostra ao repórter as cicatrizes de facadas, tiros e punhaladas que levava durante os seus agitados anos de luta pelo sertão da Alta Sorocabana.³²

Contou ainda que se estivesse presente no momento do despejo, “[...] a coisa seria outra: defenderia até a morte a propriedade que comprei por duzentos mil sagrados cruzeiros”. Conforme Afonso, em 1951 saíra da posse da fazenda Cuiabá, devido o despejo realizado pela Polícia Florestal, momento em que todos os posseiros tiveram que partir. Todavia, vendo que “gente estranha invadia a reserva, fui tomar conta também do meu pedaço”.

Esse acontecimento ilustrou o processo conflituoso em que estavam inseridos grileiros em disputa pelas mesmas terras e camponeses que “cuidavam da posse” de Afonso e o Estado, devido seus representantes estarem atrelados ao jogo de interesses imobiliários empreendidos sobre as áreas devolutas da região, através do “golpe de arrematação”.

³² Idem.

A situação de constante mobilidade vivida pelos camponeses pobres marcou o histórico da região do Pontal, os quais, nos anos 50 e 60, trabalhando de terra em terra, cultivando as suas roças de subsistência, com produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, buscavam retirar ao menos o mínimo para a subsistência, anterior ao tempo em que teriam que dar início à formação de pastagens, por aproximar-se o fim dos contratos. Ou mesmo no tempo em que os fazendeiros assim desejassem, já que esses contratos eram estabelecidos de “boca”, como demonstrou Ettori, ao discutir as prerrogativas da Consolidação das Leis do Trabalho, quanto aos contratos individuais de mão-de-obra na agricultura de São Paulo, na década de 1950: “O controle individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado”.³³

Neste cenário de violências, no povoamento da Alta Sorocabana e da região do Pontal, os posseiros e sitiantes foram expulsos pelos grileiros que por aquelas terras violentamente se instalavam. Contudo, num momento posterior, retornaram à cena como trabalhadores das fazendas, na condição de pequenos arrendatários. Nas décadas de 1960 e 1970, a situação inverteu-se, tornaram-se novamente posseiros, constituindo as glebas no coração das fazendas e dando um novo teor ao processo de lutas. Resistiram e se acomodaram – “velhos” sujeitos sob uma “nova” condição.

Narrou Cleps Jr.³⁴ que no ano de 1962 ocorreram contendas entre trabalhadores e o suposto “proprietário” na fazenda Pontal, localizada em Rosana. Em 1964, dava-se forte conflito na chamada gleba Rebojo, em Estrela do Norte. Posseiros e pequenos arrendatários que ocupavam a terra havia vinte anos recusaram-se a deixá-la, confrontando-se com os jagunços e o fazendeiro João Diniz Alves. Em vista da situação conflituosa, a fazenda foi desapropriada no mesmo ano pelo Governo Federal e, em 1967, legalizada com a implantação de um projeto de reforma agrária.

³³ ETTORI, O. J. T. Mão de obra na Agricultura de São Paulo – Categorias – Remuneração – Legislação. Agricultura em São Paulo. *Boletim da Divisão de Economia Rural*. Departamento de Produção Vegetal. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Ano VIII, n. 12, Dez., 1961, p.36.

³⁴ CLEPS JR, Op. Cit.

Sobre esse acontecimento chamou-nos a atenção um Edital de Protesto, publicado no jornal “A Voz do Povo” na década de 1940, ao expor as disputas jurídicas entre o dito proprietário de parte da fazenda Rebojo, Braz Martuscelli, no dizer do Edital “capitalista, solteiro, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo”, e supostos vendedores de lotes na área em litígio. Martuscelli, em petição, por meio de seu advogado e procurador, expunha que:

I) O requerente, por escritura publica de 25 de abril de 1926, lavrada nas notas do 70. tabelião da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, devidamente transcrita sob o n.153, no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade, hoje 1ª. Circunscrição, houve, juntamente com Carlos Soares e Dr. Augusto Ferreira de Castilho, uma gleba de mil oitocentos e um e seis décimos de alqueires de terras, na Fazenda dividida judicialmente REBOJO – MARGEM DIREITA, ao Cel. Jacinto dos Reis Guimarães e sua mulher, terras essas que os vendedores arremataram em hasta publica, em virtude do executivo movido pelo sr. Agrimensor da divisão aludidas contra o Padre Décimo Augusto Cefalo [...] Acontece, porém, que chegando o requerente à esta cidade, foi informado, seguramente, que Arlindo Piedade, brasileiro, casado, Eugenio Paqui e o japonês Zinco Takaki, todos residentes nesta cidade, montaram um escritório para venda de terras, nesta cidade, à rua Álvares Machado, 51, e dizendo-se proprietários e procuradores de terceiros e interessados diretos de terras na Fazenda Rebojo, estão promovendo a venda das mesmas, exibindo para isso mapas e croquis, dentre os quais uma gleba de exclusiva propriedade do requerente, mascarada, porém com outro nome.³⁵

Um artigo publicado no jornal “A Voz do Povo”, em março de 1964, assinalava que cerca de 140 famílias de lavradores encontravam-se revoltadas devido à ação de despejo envolvendo 700 alqueires cultivados por elas fazia mais de dez anos na fazenda Rebojo: “[...] a situação é de pânico e poderá ser sangrenta a fase final, pois os lavradores estão se sentindo na posição de espoliados, já que muitos deles tem escrituras registradas da área que cultivam, adquiridas de terceiros em outras ocasiões”.

Conforme esse artigo, o prefeito de Pirapozinho, Plauto Ramos Pereira Barretos, enviara telegrama ao Deputado Federal Dias Menezes solicitando a desapropriação das terras encravadas na Fazenda Rebojo, em vista dos conflitos que permeavam a área. Dizia o telegrama que: “Muitos dos que habitam a Fazende-

³⁵ *A Voz do Povo*. “Edital de Protesto”. Presidente Prudente, 02 de junho de 1940, p.3.

da Rebojo, estão revoltados contra o pretense proprietário, chegando alguns deles a afirmar que só sairão de suas terras na condição de mortos, pois não permitirão de forma alguma que depois de tantas lutas e sacrifícios venham lhes tomar o pedaço que por lei lhes pertence.”³⁶

No ano de 1967 dava-se também o caso da fazenda Bandeirantes, localizada no interior da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, derivado de inúmeras ações de violência vividas pelos camponeses, como o despejo dos pequenos arrendatários e posseiros, expulsos de sua “terra de trabalho” por policiais e jagunços de José Conceição Gonçalves, conhecido como “Zé Dico”. Os conflitos no interior dessa fazenda, como narrado a seguir por meio da análise dos relatos dos próprios protagonistas, resultaram no assassinato de vários posseiros e também do próprio “Zé Dico”.

Tendo como referência o depoimento de Sílvio Papacosta, ex-proprietário de uma farmácia no interior da área em litígio, o qual movia naquele contexto uma ação contra Zé Dico, o jornal “O Imparcial”³⁷ enfatizou as perseguições sofridas pelos posseiros e pequenos arrendatários no interior da fazenda. Esse caso de denúncia remonta ao histórico de violência desde o início da colonização do Vale do Paranapanema. Evidencia também o processo de luta pela posse da terra, presente no Pontal do Paranapanema, em todo o seu histórico de ocupação, mas fortalecido no percurso da década de 1960, principalmente nos exemplos das fazendas Bandeirantes e Rebojo.

O depoimento de Sílvio Papacosta foi significativo para se entender os conflitos em torno da fazenda Bandeirantes:

Inquirido sobre o número de mortes que teriam ocorrido no local, classificou a pergunta de abuso, tendo em vista, conforme declarou ‘tanta coisa que acontece nos corações de gente que pensa que são humanos, e que sofrem no sofrer de seus semelhantes, e jamais poderia ser dita a dura realidade’. Havendo insistência em desejar saber, afirma que é incalculável, haja visto que aconteceu no domingo passa-

³⁶ *A Voz do Povo*. “Sangue poderá correr em Pirapozinho”. Presidente Prudente, 01 de março de 1964, p.1.

³⁷ *O Imparcial*. “Banditismo Latifundiário Estarrece”. Presidente Prudente, 18 de junho de 1967, n.5598.

do quando uma família quase toda foi morta por jagunços daquele ganancioso fazendeiro, vulgo Zé Dico.³⁸

Referindo-se ao duplo assassinato, a mando do fazendeiro, dos posseiros Paulo Kurak e de seu filho menor, devido o motivo alegado pelo jagunço ter sido a discussão por causa de um porco, observou Papacosta que: “Este homem morreu como um porco, e não como um homem, pois o homem que o matou talvez seja bem mais porco do que o porco da suposta discussão”. Somaram-se outros depoimentos ao de Papacosta, sendo que a matéria seguinte, publicada na mesma data, sob título de “Depoimentos acusatórios”, apontou para o fato de que:

O primeiro depoente declara que entrou como arrendatário em agosto de 63, ano em que derrubou 15 alqueires de matas naquela propriedade tida como do sr. José Conceição Gonçalves. Foi assinado contrato entre ambos, mas não foi entregue ao arrendatário cópia do mesmo, sempre na alegação de que iria ser registrado.

Outro depoente afirma que ‘foi ameaçado de morte por 4 vêzes pelos capangas, o que não foi realizado por intervenção de terceiros em tempo para testemunharem’. Ele se encontra escondido para não morrer.

Mais outro, com três filhos, teve a sua propriedade invadida, foi agredido, ao mesmo tempo que assistia, sem poder reagir as moças do local serem desacatadas e ofendidas. Segundo ele, há mulheres no local quer se consideram viúvas pois seus maridos sumiram misteriosamente quando nada para tanto havia, a não ser as ameaças.³⁹

Um dos depoentes afirmou que o primeiro proprietário da fazenda Bandeirantes chamava-se João Ribas, “[...] com propriedade somando apenas de 300 a 400 alqueires, mas que agora é área superior a 5 mil alqueires”. Um outro depoente discorrera sobre a presença de Paulo, filho de Zé Dico, em sua casa, “acompanhado de 4 pistoleiros [...] todos armados de revólveres e carabinas, exigindo que o mesmo ‘quebrasse’ o milho que ainda estava verde, e afirmando que todos os arrendatários saíam dali à bala, oportunidade em que o ameaçado rapaz declarou que ‘autoridades, de Presidente Prudente ao Porto Epitácio, o seu pai comprava todas, e que tomaria as rendas, nem que fosse necessário matar os arrendatários’.”

³⁸ Idem.

³⁹ *O Imparcial*. “Depoimentos acusatórios”. Presidente Prudente. 18 de junho de 1967, n.5598.

Em junho de 1967, o jornal “O Imparcial” publicou nova notícia narrando a situação de desespero dos posseiros e arrendatários da fazenda Bandeirantes. Exemplificava-se, então, a situação do posseiro Antonio Menezes Silva, que arrendou a terra por um ano de Zé Dico, por esse se dizer o proprietário da área, mas que no segundo ano não efetivou o pagamento da renda, por ter sido informado pela polícia florestal que a área pertencia a Reserva do Estado. Assim, conforme Antonio: “[...] o que estava derrubado podia ser cultivado, mas não tirasse um cabo de enxada da mata virgem, porquanto pertencia ao Estado, existindo lá uma guarita de polícia florestal, e hoje não existe mais nem a polícia florestal no local e nem as matas virgens, porque foram totalmente devastadas pelo sr. José Dico, derrubando a mata na ausência da polícia, pois quando esta aparecia, eles desapareciam.”⁴⁰

Contou esse depoente, segundo o jornal, que as casas dos jagunços foram construídas lado a lado às dos posseiros a fim de “facilitar o serviço”. Quanto ao que restara da Reserva Florestal, afirmou que era sorrateiramente derrubada por Zé Dico, às escondidas da polícia florestal. Encontramos ainda, nesta mesma matéria, o depoimento de José Romão da Silva, também sujeitado às arbitrariedades e violências de José Dico.

Num trecho longo, José Romão discorreu sobre as constantes perseguições sofridas por ele na fazenda, sendo obrigado a deixá-la para não ser assassinado. No tempo de seu depoimento, afirmara estar morando na Vila Nova do Porto XV, em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, por sofrer constantes ameaças de morte pelo fazendeiro: “Um dia encontrei um jagunço na cidade de Epitácio e ele falou pra mim, que no dia que eu fosse na fazenda eu morria e ele já tinha ordem do Zé Dico e estava com o bolso cheio e bala só pra mim”.

Em setembro de 1967, o jornal “O Correio da Sorocabana” veiculou a notícia do assassinato de “Zé Dico”. Conforme essa notícia, no dia 24 desse mês havia morrido Zé Dico, devido aos tiros desfechados contra ele, quando estava dormindo em seu quarto, na fazenda Bandeirantes: [...] o grupo que invadiu a residência do Sr. José da Conceição Gonçalves era constituído de 3 a 4 pessoas que após aproximar-se de sua cama, dispararam vários tiros contra a vítima, acertando-lhe

⁴⁰ *O Imparcial*. “Outros depoimentos na tragédia da Bandeirantes”. Presidente Prudente, 20 de junho de 1967. p.1.

quatro. A arma era de calibre 38. O fato verificou-se por volta das 4 e meia da madrugada de domingo.⁴¹

Seu filho, Paulo Gonçalves, foi alvejado simultaneamente, recebendo três tiros. A primeira suspeita recaiu sobre os posseiros que mantinham litígios de terras com o fazendeiro e com seu filho. Mas, salientou o jornal que, dadas às condições em que se deu o fato, ou seja, com o corte da linha telefônica e depósito de garrações de gasolina em torno da residência, concluiu-se que os posseiros:

[...] dificilmente recorreriam a métodos de tamanha sutileza, emergindo a suspeita de que o atentado poderia ter sido patrocinado por uma ‘gang de contrabandistas’ que utilizavam-se do campo existente na fazenda com a provável participação do fazendeiro e de seu filho, inclusive com o emprego do avião de sua propriedade. O campo de pouso da fazenda seria propício para o contrabando como ponto intermediário com S. José do Rio Preto.⁴²

Havia ainda a hipótese de que pistoleiros profissionais: “[...]como Zé Mineiro (José Francisco de Medeiros – que matou Armando Kurak)”, pudessem, “[...]ter voltado para exigir ‘melhor recompensa pela tarefa’ e ameaçado de prisão, assassinou seu patrão, em companhia de outros ex-jagunços”.

Passado cerca de um mês e meio da morte de Zé Dico, o mesmo jornal que veiculara o assassinato observou que o inquérito sobre a morte do fazendeiro havia sido enviado ao DOPS, “para apreciação por parte da polícia política”. Nessa matéria encontrou-se a afirmativa de que: “Os indiciados, Edmur Pérciles de Camargo e seus asseclas, são apontados como agitadores, comunistas e até guerrilheiros, salientando a autoridade local que os mesmos estão incursos em crime configurado no Decreto-Lei n.º 314-67, que enfeixa a nova Lei de Segurança Nacional.”⁴³

Na análise do DOPS, chegou-se à conclusão de que o caso se tratava de um “homicídio comum, de alçada absoluta da delegacia de Presidente Epitácio ou da regional de Presidente Prudente”. Ressaltou a reportagem, então, que esse órgão federal enviara, na ocasião, um observador que permaneceu no local até o final da

⁴¹ *O Correio da Sorocabana*. “Assassinado a tiros o fazendeiro ‘Zé Dico’”. Presidente Prudente, 28 de setembro de 1967, p.1.

⁴² *Idem*.

⁴³ *O Correio da Sorocabana*. “‘ZÉ DICO’; Polícia não se entende”. Presidente Prudente, 05 de novembro 1967, n.1777, p.1.

investigação, chegando a conclusões divergentes das versões apresentadas pela delegacia de Presidente Epitácio: “Seus relatórios desmentem a existência de guerrilheiros e até de ‘posseiros’, tudo não passando de questões surgidas entre arrendatários e fazendeiros, as quais culminaram com a morte de ‘Zé Dico’ e ‘outras poderão ocorrer’, pois existem mais terras na mira das divergências.”

Ao final, contrapondo-se à posição do DOPS, por esse órgão do governo ter concluído que se tratava de um “crime comum”, o jornal “Correio da Sorocabana” afirmou que não cabia a ele o parecer se seria um caso de segurança nacional ou não, já que a questão não era de alçada da polícia federal. Percebemos, no artigo, a preocupação do jornal em afirmar a existência de “elementos guerrilheiros”⁴⁴ inseridos na área em litígio, buscando associar os problemas dos campos da Alta Sorocabana aos “elementos externos”, para, com isso, negar o espaço conflituoso desenhado pelos pequenos arrendatários e posseiros na tentativa de permanecerem na terra.

Em 1969, na fazenda Santa Rita do Pontal, em Euclides da Cunha, ocorria também uma outra contenda de terras. Justino de Andrade, que reivindicava na Justiça a propriedade da terra havia alguns anos, moveu inúmeras ações de despejo contra as famílias que subarrendavam a terra, e as quais se recusaram a sair no término do contrato. Nos anos de 1970 e 1980, foram contínuas as práticas de luta desses pequenos arrendatários, que, em vista de sua resistência a deixar a terra que queriam “terra do trabalho”, num intenso processo de lutas, se transformaram em posseiros. A gleba Ribeirão Bonito, localizada ao lado do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio, também exemplificou esse histórico de lutas.⁴⁵

No ano de 1978, deu-se o Projeto de Reassentamento Populacional Rural Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, como resultado de ações da Companhia Energética de São Paulo-CESP, como forma de ressarcir os atingidos por barragens, mas também enquanto expressão dos inúmeros conflitos ocorridos no interior das fazendas, a exemplo da fazenda Bandeirantes, localizada nesse município.

As considerações de Cleps Jr, aliadas às evidências encontradas no trabalho com os jornais prudentinos, assim como às observações de Antonio – arroladas a

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Ver: BORGES, M. C. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito*. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Júlio de Mesquita, Assis.

seguir – reforçaram a tese de que os campos do Pontal, em fase anterior ao MST, já traziam consigo o embrião da luta pela terra:

Os movimentos sociais: Rebojo, Santa Rita e Lagoa São Paulo, - fazenda Bandeirante - na década de sessenta; Ribeirão Bonito, década de 70; 15 de Novembro 1 e 2, 16 de Novembro, Roberto Horiguti, Trevo Euclides da Cunha, 27 de Setembro, -Planalto do Sul-, trevo da Alcídia, Campinal 1, 2 e 3, nos anos oitenta, expressam os conflitos sociais ocorridos em diferentes fases do desenvolvimento econômico, da agricultura, na Alta Sorocabana.⁴⁶

O mês de novembro de 1983 demarcou, então, a junção de forças entre pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e trabalhadores desempregados da Destilaria Alcídia e hidrelétricas da região para a organização do movimento da gleba XV de Novembro. No ano de 1985 deu-se a ocupação da fazenda Água Sumida, em Teodoro Sampaio, derivando, em 1988, no assentamento de 121 famílias. Nesse mesmo ano ocorria o assentamento Areia Branca, no município de Marabá Paulista, envolvendo 140 famílias. O Reassentamento Rosana, realizado pela CESP, no ano de 1986, também foi uma medida pública de ressarcimento dos impactos causados pelas barragens, mas fundamentalmente pela situação de conflito presente no assentamento gleba XV de Novembro, devido a área desapropriada não ter sido suficiente para assentar as famílias que, naquele contexto, lutavam pela terra.

Conforme pudemos perceber, principalmente pelas evidências históricas apreendidas nos jornais de época, tais lutas não se davam somente nos tribunais, por meio da disputa entre grandes grileiros, mas também pelas invernadas, matas, beiras de asfalto e interior das fazendas da região, em situações que derivavam constantemente em expulsões violentas e assassinatos. Mas, “se da violência nasce a morte, nasce também a vida”, como assinalou Oliveira⁴⁷. Nascia então a resistência na luta desses camponeses, homens e mulheres, face aos grileiros e o seu corpo armado. Questões que se fizeram transparecer periodicamente nas páginas do jornal “A voz do Povo” e “O Imparcial”, em Presidente Prudente, mas principalmente pelos campos da região, enunciando a condição de lutas, de violência e de resistência, a cercar o universo rural do extremo oeste paulista.

⁴⁶ ANTONIO, Op. Cit, p.19

⁴⁷ OLIVEIRA, A. U. *A geografia das lutas no campo*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.14.